

Protocolo de Consulta
Prévia, Livre, Informada
e de Consentimento
**do Território Quilombola
Laranjituba e África**



Abaetetuba/Moju (PA)

MAPA 1: Acesso as comunidades Laranjituba/África



Foto: Museu Paraense Emílio Goeldi.

Este Protocolo foi aprovado em Assembleia Geral da Associação Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África (AQUI-BAC), no dia 24 de fevereiro de 2018, com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, da Presidência da República do Brasil.

Abaetetuba/Moju (PA)

**DO QUE
TRATA ?**

CONVENÇÃO 169 DA OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS

A Convenção 169 é um acordo internacional, com força de Lei nos países que a promulga. Ela foi aprovada por representantes de governos, de empregadores e de trabalhadores em Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, na Suíça, em 7 de junho de 1989.

A Convenção 169 surge a partir da luta de povos indígenas, quilombolas e agroextrativistas familiares, em aliança com organizações de trabalhadores, contra a exploração em trabalho degradante, forçado e sem o mínimo de respeito a nossa cultura e identidade. Ela visa assegurar a preservação e so-

brevivência dos nossos modos de vida, o direito de conservarmos a nossas instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, assim como a nossa efetiva participação no planejamento e execução de projetos que nos digam respeito.

Ela nos garante o direito de autoidentidade, ou seja, de autoafirmação do que somos, se indígenas, quilombolas, agroextrativistas. Significa que nem o Estado, grupo social ou pessoa pode negar a nossa identidade, tal qual nos reconhecemos.

A Convenção 169 rompe legalmente com um passado em que se consideravam os povos e comunidades tradicionais como popu-

lações incapazes e que, portanto, deveriam ser tuteladas pelo Estado.

Antes da Convenção 169 prevalecia para os poderes públicos e para a sociedade a noção de que indígenas, quilombolas, entre outros povos que viviam de forma diferenciada, tradicional, tinham uma cultura inferior, atrasada, e que, portanto, deveriam ser integrados

à cultura urbana, tida como moderna, avançada e superior.

A Convenção 169, portanto, “reconhece as aspirações desses povos de assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida, de seu desenvolvimento econômico e de manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões no âmbito dos Estados nos quais vivem” (Convenção 169).



Artigo 1º A presente convenção aplica-se:

- a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial.

No Brasil, a definição de povos tribais está no inciso primeiro, do artigo 3º, do Decreto da Presidência da República nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ele define assim: *“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”*.

O Artigo 6º, da Convenção 169 afirma:

Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão:

- a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

Portanto, para facilitar qualquer procedimento de Consulta, decidimos fazer esse Protocolo que orientará todos os passos que os governos devem seguir, assim garantindo que a Consulta seja Prévia à qualquer procedimento, livre de qualquer pressão, de boa fé, que sejamos bem informados e que ao final da mesma possamos consentir ou não o que o governo quer realizar.

QUEM SOMOS NÓS ?

Nós, povo quilombola das comunidades de Laranjitiba e África, localizadas nos municípios de Abaetetuba e Moju (PA), estamos neste território desde 1840, aproximadamente e, desde 2001 fundamos a Associação (AQUIBAC) que representa as nossas comunidades. Vivemos especificamente da agricultura e do extrativismo, preservando nossos igarapés, castanhais, açazais, ervas medicinais e outros bens essenciais para nossa sobrevivência. Valorizamos nossa cultura deixada pelos nossos antepassados como danças, músicas e expressões religiosas.

Decidimos construir este documento baseado na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que garante nosso direito à consulta prévia, livre e informada para todos os projetos/atividades a serem implementados, sejam eles públicos ou privados, como ferrovias, linhas



de transmissão de energia, expansão de monocultivos e outros. Já sofremos os impactos diretos da poluição e assoreamento de igarapés, causados por projetos implantados sem consentimento e isso não será mais permitido. Por isso também nos organizamos para a construção deste protocolo de consulta.

Exigimos que nosso direito de ser informados, consultados, ouvidos e respeitados seja garantido, e que todas as pessoas das nossas comunidades participem da consulta. Somos um povo que luta por nossos direitos! Nenhum palmo de chão e nenhum direito a menos!

COMO QUEREMOS QUE SEJA REALIZADA A CONSULTA ?

PASSO 1

Autoridade do governo envia um ofício à Associação Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África (AQUIBAC), solicitando o início do processo de consulta. Nessa oportunidade deverão ser enviadas cópias legíveis impressas, e por meio digital, de todas as informações que a legislação permitir, ou seja, sobre as medidas administrativas e/ou legislativas que tenha a intenção de realizar ou que afete o nosso território.

PASSO 2

A AQUIBAC irá analisar as informações do projeto/atividade, com o apoio de pesquisadores e instituições parceiras escolhidos por nós.

PASSO 3

Serão realizadas rodadas de reuniões internas, coordenadas pela AQUIBAC, abrindo as discussões com os grupos de interesse, como por exemplo: Mulheres, Homens, Crianças, Adolescentes, Jovens, Idosos, Deficientes, Agricultores, Extrativistas, Estudantes, Grupos culturais, Grupos religiosos, Grupos de ecoturismo, Grupos esportivos das comunidades entre outros que a AQUIBAC decidir.

PASSO 4

Reuniões ampliadas, quantas forem necessárias, com autoridades dos governos ou dos poderes legislativos federal, estadual ou municipal para que estes apresentem às comunidades Laranjituba e África as medidas administrativas e/ou legislativas que pretendam realizar, tais como construção de escolas, portos, ferrovias, linhões, aprovação de leis ou decretos, entre outros que venham afetar as comunidades.

PASSO 5

Elaboração interna do Plano de Consulta, contendo atividades, cronogramas e custos, de acordo com o que está estabelecido neste Protocolo de Consulta e Consentimento, considerando que todos os custos deverão ser cobertos pelo governo e/ou poderes legislativos, de acordo com a Convenção 169 da OIT.

PASSO 6

Reunião com a autoridade do governo para apresentar o Plano de Consulta e definir o cronograma de atividades conjuntas.

SERÃO ETAPAS OBRIGATÓRIAS DA CONSULTA, NÃO SE EXCLUINDO OUTRAS DE INTERESSE DA COMUNIDADE:

- **Reuniões informativas:** O governo deve se reunir com os grupos definidos no Plano de Consulta para informar sobre o projeto/atividade que pretende realizar, e tirar nossas dúvidas. Serão realizadas quantas reuniões informativas forem necessárias, até que a comunidade se sinta esclarecida para tomar suas decisões. Além da comunidade, podem participar dessas reuniões nossos parceiros.
- **Realização de Assembleia Geral** para apresentação dos resultados dos debates realizados nos grupos de interesse e tomada de decisão.
- **Nos resguardamos o direito ao veto** à iniciativa administrativa ou legislativa do governo.
- **Comunicação** via ofício à autoridade do governo que solicitou a consulta sobre a decisão da comunidade.
- **Reuniões internas** da comunidade com os grupos de interesse para analisar as informações apresentadas nas reuniões informativas.

DISPOSIÇÕES GERAIS PARA REALIZAÇÃO DA CPLIC

Todas as reuniões serão realizadas na comunidade.

A coordenação do processo de consulta será de responsabilidade da AQUIBAC – Laranjituba e África.

Nos casos em que os impactos envolvam o conjunto das comunidades quilombolas do entorno do território Laranjituba-África, representantes das comunidades vizinhas, como Moju-Miri, Vila Caeté, São Jorge, Samaúma, Espírito Santo e Cacoal, Santa Luzia, entre outros, poderão, a critério da AQUIBAC, ser envolvidas em algumas etapas do processo de consulta.

Se a qualquer tempo a comunidade verificar que o governo não está cumprindo o que havia se comprometido - seja durante o processo de consulta, ou mesmo depois, da decisão final da comunidade - suspende-se os efeitos da decisão, até que as demandas da comunidade sejam contempladas.

Qualquer tipo de polícia - civil, militar ou federal -, agentes de segurança pública ou privada, parlamentares de qualquer esfera federativa ou partido político, outras pessoas ou autoridades públicas, só poderão participar das reuniões se a comunidade entender que sua presença se faz necessária, e mediante **solicitação expressa** à AQUIBAC – Laranjituba-África, através de ofício.

As reuniões serão gravadas pela comunidade. Se o governo quiser gravar, deverá solicitar autorização, desde que nos seja repassada cópia integral do material e não seja usada como propaganda em qualquer hipótese.

Os parceiros da comunidade que poderão ser chamados a contribuir são: Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Fundo DEMA, Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Pará (NDHDP), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Move-

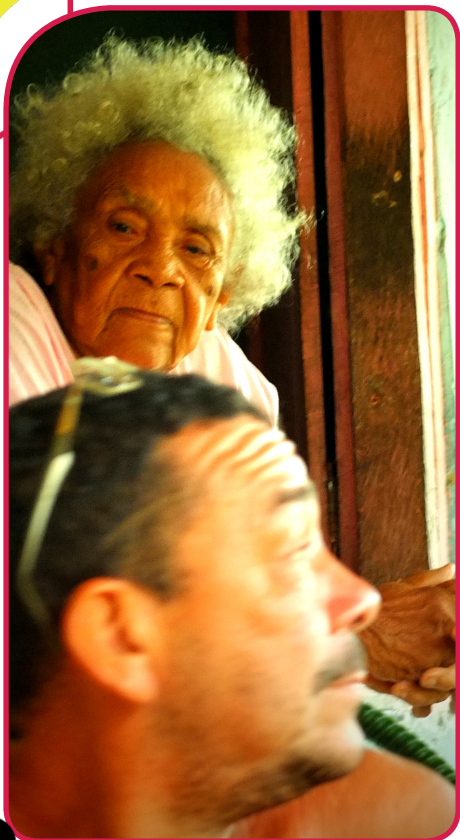
mento dos Sem Terra (MST), Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (MALUNGU), Justiça nos Trilhos (JNT), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA – UFPA), Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - Marabá (CEPASP), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abetetuba, Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) e outras organizações escolhidas pela comunidade que venham contribuir socialmente e/ou tecnicamente.



REGISTRO

**DIA DE CONSTRUÇÃO
DO PROTOCOLO DE
CONSULTA**

**LARANJITUBA E ÁFRICA
(05 E 06/12/2017)**



Agora vou lhes mostrar
Um pouco do que eu sei
Da minha comunidade
Onde vivo como rei
Tenho tudo que preciso
Tenho força e vencerei

Hoje estamos reunidos
Não por uma disputa
Mas sim por algo maior
Que nos dá força na luta
Criaremos aqui e agora
O protocolo de consulta

Queremos agradecer
a presença de cada um
De cada contribuição
Para parar de zum zum
E nos dá esclarecimento
Sobre a sabedoria comum

Gostaria de lhes dizer
Vocês foram importantes
Na construção do protocolo
Que acontece neste instante

Temos orgulho de vocês
E que levem isto adiante

Juízo pra decidir
O que realmente interessa
Para resolver as coisas
Não precisa ter pressa
Vamos fazendo aos poucos
E botamos todos nessa

Tivemos também a visita
Do Raimundo do Abacatal
Os outros que aqui estão
Já bastante normal
Evaristo do Caeté
Já é parceiro habitual

Tem também as cozinheiras
Coordenadas pela Rosa
Fizeram deste dia
Um dia de muita prosa
As comidas e bebidas
Estavam muito gostosas

Começamos o dia
Com aulas de direito
Vimos que as mulheres
Aqui tem muito jeito
E que escrevem no protocolo
Seu estado de direito

Quando terminou o dia
Estávamos bem cansados
Alguns foram embora
Outros foram chamados
Para deixarem as coisas
De modo mais trabalhado



Tivemos alguns discursos
Que foram promovidos
Sobre o que tinha
Logo cedo decidido
Mas com conversa e discussão
Foi logo tudo resolvido

Porém as discussões
Foram muito calorosas
Entre todos os membros
Mas foram bem proveitosas
E para a comunidade
Foram maravilhosas

Agora vou lhes mostrar
Um pouco do que eu sei
Da minha comunidade
Onde vivo como rei
Tenho tudo que preciso
Tenho força e vencerei

Hoje estamos reunidos
Não por uma disputa
Mas sim por algo maior
Que nos dá força na luta
Criaremos aqui e agora
O protocolo de consulta

Queremos agradecer
a presença de cada um
De cada contribuição
Para parar de zum zum
E nos dá esclarecimento
Sobre a sabedoria comum

Gostaria de lhes dizer
Vocês foram importantes
Na construção do protocolo
Que acontece neste instante
Temos orgulho de vocês
E que levem isto adiante

Juízo pra decidir
O que realmente interessa
Para resolver as coisas
Não precisa ter pressa
Vamos fazendo aos poucos
E botamos todos nessa

Tivemos também a visita
Do Raimundo do Abacatal
Os outros que aqui estão
Já bastante normal
Evaristo do Caeté
Já é parceiro habitual



Tem também as cozinheiras
Coordenadas pela Rosa
Fizeram deste dia
Um dia de muita prosa
As comidas e bebidas
Estavam muito gostosas

Começamos o dia
Com aulas de direito
Vimos que as mulheres
Aqui tem muito jeito
E que escrevem no protocolo
Seu estado de direito

Quando terminou o dia
Estávamos bem cansados
Alguns foram embora
Outros foram chamados
Para deixarem as coisas
De modo mais trabalhado

Tivemos alguns discursos
Que foram promovidos
Sobre o que tinha
Logo cedo decidido
Mas com conversa e discussão
Foi logo tudo resolvido

Porém as discussões
Foram muito calorosas
Entre todos os membros
Mas foram bem proveitosas
E para a comunidade
Foram maravilhosas



Já eram quase onze horas
Quando fomos dormir
Mas com a intenção
De estarmos por aqui
No outro dia às sete horas
No trabalho prosseguir

Vocês ainda não sabem
Quem está falando
EU SOU AQUIBAC
E estou me preparando
Para o enfrentamento
Das coisas que estão chegando

Progresso que nos divide
Aqui não é bem vindo
Ferrovia e dendê
Que pra cá estão vindo
Para nos expulsar
Por favor vão se saindo



Nós não queremos nada
Que interfira em nossa vida
Pois isso aqui não terá guarida
E é muito bom saber
Que já estão de partida

Agora vou lhes dizer
Que isso foi só o início
Outras etapas virão
Outro passo mais difícil
Mas eu garanto a vocês
Vai valer o sacrifício

A Defensoria Pública
E também a presidente
Leocádia de Moraes admirada
Que é vista pela gente
Lutadora e guerreira
Uma pessoa decente

Tivemos outros parceiros
Que estão sempre por aqui
São Jorge e Caeté
Cacoal e Moju-miri
Samaúma e MALUNGU
E assim vou resistir

Se quiser me conhecer
É só fazer um pedido
Para a minha direção
Que serás bem acolhido
E terás em meu território
Seu direito protegido

Vou ficando por aqui
Deixando minhas lembranças
Mas nunca vou esquecer
Ficará em minhas esperanças
E espero que realmente
Fiquem minhas heranças

E que este protocolo
Que hoje está sendo feito
Para dizer a todos
Que exijo mais respeito
E quem passar por aqui
Vai ser do nosso jeito

Eu sou a AQUIBAC
E para saber como é
Eu estou localizada
No Ramal do Caeté
Que fica na Alça Viária
Que vai para Abaeté

Os meus moradores
São todos quilombolas
Descendentes africanos
E aqui ninguém enrola
Gostaria de repetir
Quilombola, quilombola,
quilombola.

Autor: Evaristo da Silva (Vavá)



FICHA TÉCNICA

PUBLICAÇÃO:

FASE AMAZÔNIA / JUNHO DE 2019

EDIÇÃO:

Nº 01

PROJETO GRÁFICO:

RODRIGO FIGUEIREDO

TIRAGEM:

500 EXEMPLARES



REALIZAÇÃO:



PARCEIROS:



**ASSOCIAÇÃO DOS
AGROEXTRATIVISTAS,
PESCADORES E ARTESÃOS DO
PIROCABA
(ASAPAP)**

**SINDICATO DOS
TRABALHADORES E
TRABALHADORAS RURAIS DE
ABAETETUBA**

APOIADORES:





África e Laranjituba

AQZINBAC